

## **Relações de Trabalho e Informalidade: Um Estudo nas Confeções de Jeans da Cidade de Vertentes - Pernambuco**

**Aline Fábria Guerra de Moraes**  
**Rivelton Lima de Souza**

### **RESUMO ESTRUTURADO**

**Introdução/Problematização:** As relações de trabalho no Brasil são marcadas por processos diversos que caminham rumo a perda de direitos trabalhistas, adoecimento dos trabalhadores e intensa precarização do trabalho. Dentre os inúmeros formatos para tal problema encontramos a informalidade, uma característica marcante no trabalho realizado em cidades que vivem a produção de confeções no interior de Pernambuco, estando a cidade de Vertentes dentre estas.

**Objetivo/proposta:** O presente artigo buscou investigar as razões pelas quais os trabalhadores das facções de jeans da cidade de Vertentes, interior do estado de Pernambuco, se mantêm na informalidade.

**Procedimentos Metodológicos:** Para atingir o objetivo do trabalho, foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo, com a utilização de um roteiro de entrevista semi-estruturado para conhecer a realidade da região e os principais motivos pelos quais os trabalhadores acreditam manter-se na informalidade. Foram entrevistados ao todo 15 trabalhadores informais ligados diretamente as confeções de jeans da cidade.

**Principais Resultados:** Os resultados demonstraram que as confeções aparecem para os trabalhadores da cidade de Vertentes como a maior alternativa de emprego possível, ainda que informal e contando com longas jornadas de trabalho, relatadas por alguns entrevistados como “iniciando as sete horas da manhã, mas sem hora para acabar”. Esta chamada alternativa, se dá em decorrência da falta de emprego formalizado e em outras áreas no município, resultado do pequeno porte da cidade. Junto a isto, os entrevistados afirmaram que a falta de capacitação profissional também é motivador para a permanência na informalidade.

**Considerações Finais/Conclusão:** Os processos informais estudados vão de encontro com o processo de desestruturação das relações de trabalho no país. Em outras palavras, a manutenção da informalidade dar-se-á principalmente pelas faltas de oportunidade na região, oportunidades de educação, capacitação, de mudança vida. Elementos reforçados pelo histórico familiar no qual cada geração passa para a próxima a necessidade do trabalho para reprodução de sua existência, trabalho este realizado no ramo da confecção, seja através do corte ou da costura, por exemplo, mas que se submete as formas de exploração encontradas na região.

**Contribuições do Trabalho:** A pesquisa corrobora com a discussão acerca da precarização do trabalho no país, especialmente ao focar em uma região que respira a ‘cultura do jeans’ e repassa isso através das gerações, trazendo um debate importante sobre a permanência dos indivíduos em certas condições de trabalho através dos anos. A partir disso, traz à tona ainda reflexões sobre a importância de investimentos na educação, como possibilidade de mudança nas condições de vida e trabalho dos indivíduos.

**Palavras-Chave:** trabalho; informalidade; relações de trabalho; Vertentes, polo de confecções.

## 1. Introdução

As relações de trabalho no Brasil são marcadas por processos diversos que caminham rumo a perda de direitos trabalhistas, adoecimento dos trabalhadores e intensa precarização do trabalho. E isto se dá em diferentes formatos, desde a flexibilização promovida a partir da reestruturação produtiva no final do século XX, até os recentes processos de uberização do trabalho.

Neste movimento, a informalidade ainda é um dos pontos que mais contribuem para a desestruturação das relações de trabalho no país, tendo em 2021, a porcentagem de 40,1% de pessoas trabalhando de maneira informal, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021). Estes números interferem de forma direta no Produto Interno Bruto (PIB) do país, pois diminuem a carga tributária, interferindo, segundo Neri (2006), no bem estar e paz social da população.

Dentre os ramos industriais que mais contribuem para o PIB do país, encontra-se a indústria têxtil, sendo o Brasil o quinto maior produtor têxtil e o quarto maior produtor de confecções no mundo (Berlin, 2014). E no Nordeste do país, especificamente no Estado de Pernambuco, encontramos o segundo maior polo de confecções do país: o Polo de Confecções de Pernambuco.

O Polo de Confecções é importante para região do agreste pernambucano justamente por fomentar a economia local. Todavia, o trabalho na região é marcado por relações carregadas de precariedade desde a sua criação. As condições de trabalho na região chamam a atenção de diferentes pesquisadores e até mesmo do cinema. Em Toritama, por exemplo, as estruturas precárias de trabalho foram apresentadas através do documentário Estou me Guardando para Quando o Carnaval Chegar (Moraes, 2021). Podemos ver os resultados dessas condições também no trabalho científico de Lira (2020), que chamou atenção para o desgaste físico e mental dos trabalhadores do setor de confecções, marcadas especialmente por longas jornadas de trabalho. A questão também aparece nos trabalhos de Oliveira & Mota (2014) e Pereira (2018), que discutem tanto o trabalho na região como a construção histórica do mesmo; e também em Mesquita & Andrade (2007) que questionaram sobre o desenvolvimento da cidade de Caruaru, componente deste polo, a partir das confecções; e em Lira (2006), acerca da sobrevivência das famílias da região.

Diante do exposto, é necessário ressaltar que enquanto a venda é feita especialmente em três centros principais, situados nas cidades de Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, a produção local do jeans, seja no corte, na costura e/ou na lavagem das peças é realizada – também – em outros municípios, situados nos entornos destas principais cidades, e que compõem o chamado Polo 10 (Lira, 2008; Silva & Rocha, 2013).

Entre as cidades que compõem o Polo 10, encontramos Vertentes. O pequeno município de Vertentes, que contou com população aproximada de 18.000 pessoas no último Censo realizado (IBGE, 2022) está dentro do Arranjo Produtivo Local (APL) de empresas que realizam

atividades de costura doméstica na região do agreste pernambucano e tem a informalidade como marca do trabalho na região.

Dentro desse contexto, o presente artigo buscou investigar as razões pelas quais os trabalhadores das facções de jeans da cidade de Vertentes, interior do estado de Pernambuco, se mantêm na informalidade. Aqui, vale um adendo para quando mencionamos a investigação no sentido de ‘razões’ para manutenção na informalidade, pois entendemos que não necessariamente estes trabalhadores se motivam/são motivados a trabalharem informalmente, mas buscamos entender o porquê da continuidade, quais elementos são contributivos para permanecerem na informalidade. Sejam esses elementos de cunho pessoal ou estrutural (levantando as maiores hipóteses para este segundo).

Para atingir o objetivo do trabalho, foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo, com a utilização de um roteiro de entrevista semi-estruturado para conhecer a realidade da região e os principais motivos pelos quais os trabalhadores mantêm-se na informalidade. Foram entrevistados ao todo 15 trabalhadores informais ligados diretamente as confecções de jeans da cidade.

Em vias de finalização desta introdução, salientamos que debruçar-se sob um pequeno município que compõe o Polo de Confeccões, contribui com o debate das relações de trabalho no agreste pernambucano, mostrando as similaridades e diferenciações entre as pequenas cidades que trabalham na manutenção do status de segundo maior centro produtor de confecções no país em relação as cidades maiores e/ou mais conhecidas, como é o caso de Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe. Ademais, levantarmos reflexões sobre o trabalho na contemporaneidade (que muitas vezes se assemelha – até de forma mais problemática – a antigos modos de trabalho), fortalece o debate e a luta contra antigas e novas formas de exploração do trabalho.

## **2. Relações de trabalho no Brasil e o trabalho na região agreste de Pernambuco**

Não há possibilidade de discutirmos acerca das relações de trabalho no país sem nos voltarmos para os inúmeros problemas que a legislação trabalhista vem sofrendo ao longo dos anos. Retomar o histórico do país nessa área nos leva de encontro a fatos históricos como o fim da liberdade sindical em 1937; a criação da Consolidação das Leis do Trabalho em 1943; a emergência do novo sindicalismo nos anos 80 e o aumento das discussões a respeito dos direitos dos trabalhadores (Costa, 2005; Dedecca, 2005). Também nos remete as reformas trabalhistas propostas em 2017 e a constante luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho.

Ademais não podemos deixar de lado neste breve percurso histórico que aqui mencionamos, os debates sobre o crescimento da informalidade e a chegada ao país de novas tecnologias que impactam diretamente na empregabilidade de milhares de funcionários. Na década de 1990, por exemplo, a partir da desestruturação no emprego causada, dentre outros motivos, pela reestruturação produtiva dos anos anteriores, temos o crescente aumento da informalidade. Nesse período, o governo Fernando Henrique Cardoso cria um pacote de medidas que visavam a reestruturação do mercado de trabalho, dentre elas a suspensão de contratos de trabalho entre dois a cinco meses com a finalidade de qualificação profissional; a jornada parcial de trabalho; aumento no prazo, para as empresas, de pagamento das horas extras, entre outras. Ainda nesse período, temos as reformas da previdência e administrativa, privatização de grandes empresas

e extinção de políticas salariais (Fleury & Fischer, 1992; Krein & Oliveira, 2001; Costa, 2005; Pereira & Cabral, 2019).

Como era de se esperar, tais medidas neoliberais não regulam o mercado, ao contrário fazem crescer a problemática do trabalho no país, apontando para a terceirização do trabalho e também para o aumento da informalidade. Sobre isso, é interessante o questionamento feito por Pereira e Cabral (2019), ao perguntarem se a informalidade se torna uma alternativa ao desemprego ou uma ferramenta do capital que contribui para a eliminação de direitos sociais e trabalhistas tão duramente conquistados. Acreditamos que as duas opções se complementam em uma resposta que busca entender a informalidade no país e bebemos de Druck et al (2019) para complementar a ideia, colocando que todas as reformas que aconteceram no país desde então, em especial nos últimos anos, seguiram mais em direção a desestruturação da proteção social e legislação trabalhista do que a sua regulamentação.

A informalidade é, assim, problema facilmente visualizado nas relações de trabalho no Brasil, contribuindo para a precarização destas. De acordo com Mattoso (1999), a grande motivação deste problema não é só o problema em si, mas o fato dessas formas de trabalho serem apresentadas como vantagem competitiva para os trabalhadores. Trazendo para os dias atuais, percebemos isto diante dos cenários em que o empreendedorismo aparece como ‘salvação’ para o desemprego e a flexibilidade como cargo chefe marcante dos contratos de trabalho, por exemplo.

Expressões destas problemáticas são vistas em todo território nacional e em diferentes tipos de atividade econômica. É o caso do Polo de Confecções do Agreste pernambucano, o qual mantém a informalidade como uma de suas principais bases (Braga, 2014). A atividade aparece na região como uma alternativa para o sustento das pessoas que não estavam inseridas no mercado de trabalho formal. E essa atividade vêm, tal como tantas outras no país, carregada de problemas para os trabalhadores, a exemplo de questões de saúde e qualidade de vida. Lira (2020), por exemplo, menciona sobre o desgaste dos trabalhadores do jeans como resultado das altas jornadas e cargas de trabalho, resultando em problemas futuros como doenças e invalidez. Porém, antes de adentrar nesta esfera é preciso, no entanto, explicar quem são esses trabalhadores do jeans e como a região ganhou destaque na área de confecções.

A região onde hoje temos o Polo de Confecções do Agreste, que aqui chamaremos de Polo, era marcada pela produção de algodão. Em consequência de secas, dependências do mercado internacional e insegurança quanto ao clima, muitos trabalhadores ficaram desempregados. A mão de obra então migrou para a produção de calçados que, mais tarde, foi substituída por calçados sintéticos, abrindo espaço para o aparecimento das confecções (Braga, 2014; Oliveira & Braga, 2014). Segundo Lira (2008) a cidade de Santa Cruz do Capibaribe, foi quem deu início na produção da sulanca, termo que tem seu significado vindo das palavras ‘sul’ e ‘helanca’, que representam os tecidos de helanca que vinham do sul do país e que, a princípio, eram utilizados para confeccionar colchas e tapetes.

Essa produção ocorria nas casas dos trabalhadores, marcando traços de trabalho informal. Mais tarde, essas unidades produtivas familiares vão se expandindo e migrando para áreas urbanas, nas quais as peças produzidas, agora não mais apenas colchas e tapetes, mas também peças de vestuário, são comercializadas em feiras específicas para este fim (Braga, 2014; Oliveira &

Braga, 2014). O grande destaque e diferenciação que estes locais vão ganhando para sua popularização é a produção e venda de peças jeans.

Nesse movimento, não crescem apenas a confecção e venda de peças de vestuário, mas também as cidades que as produziam e vendiam. A chamada ‘feira da sulanca’ que era realizada na cidade de Santa Cruz do Capibaribe acaba enfrentando novas concorrentes, como a cidade de Toritama, que tenta, na década de 1980, realizar sua própria feira. Até então os sulanqueiros de Toritama, como eram chamados os comerciantes de confecções da região, vendiam seus produtos na feira da cidade vizinha. Neste período, a feira de Toritama não obteve sucesso, estabelecendo-se apenas na década seguinte enquanto ponto de venda importante para a região (Oliveira & Braga, 2014).

Contudo, destacamos que a feira da cidade de Toritama, firma-se aos mesmos moldes da feira de Santa Cruz: condições precárias e péssima organização, porém com potencial de crescimento. E assim aconteceu: o comércio de toda região cresceu, marcas começaram a desenvolver-se, serviços de consultoria e designer de moda passaram a ser criados, tal como qualificação profissional e financiamentos (Andrade, 2008).

Caruaru, outra componente do Polo e considerada a segunda cidade mais importante do estado de Pernambuco, adentrou na atividade sulanqueira apenas na década de 1980, diferenciando-se das demais por contar com outros ramos como artesanato e turismo (Lira, 2008). Na atualidade, as feiras são importantes para a região, movimentando milhares de pessoas todas as semanas e acontecem em enormes espaços criados especialmente para a venda dos produtos. Já a produção dos mesmos, é realizada em diferentes condições e sem o tanto de potencial que as cidades maiores apresentam: facções de jeans montadas nas próprias casas dos trabalhadores, especialmente nas cidades circunvizinhas e sem separação entre a vida doméstica e o trabalho.

Ao visualizarmos o crescimento deste setor é preciso deixar claro que as feiras acontecem nas três principais cidades que compõem o Polo: Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, porém a produção se expande para as cidades circunvizinhas, formando assim o Polo10 (Lira, 2008; Silva & Rocha, 2013). Nos municípios que compõem o Polo10 e são responsáveis por diferentes partes do processo de produção existem as unidades fabris ou fabricos. Alguns destes fabricos possuem tecnologias de maquinário mais avançadas para a confecção de peças jeans e podem ocorrer nos moldes legais da legislação trabalhista enquanto outros acontecem dentro da própria casa dos trabalhadores, enfatizando o caráter informal que domina a região.

Entre os municípios que no processo produtivo se espalham em corte, costura, lavagem, dentre outras etapas, encontra-se o município de Vertentes, onde predomina-se a confecção de artigos infante-juvenil e possui uma das maiores concentrações de lavanderias industriais, sendo 15% de todas as lavanderias do complexo, junto a Toritama, Caruaru, Riacho das Almas e Surubim (Guimarães et al, 2018). Vertentes, de acordo com Alves, Xavier e Campos (2016), é um município que tem como distrito Junco e como povoados : São João do Ferraz, Serra da Cachoeira, Chã do Junco, Capela Nova, Serra Seca, Sítio Cumaru, tendo no último Censo realizado, a população de pouco mais de 18.000 pessoas.

Independente da participação da cidade dentro do Polo, todas possuem a informalidade como característica comum. As casas tornam-se locais voltados para a produção, nas quais famílias completas dedicam-se a produção das peças de jeans. Nesse contexto, as jornadas de trabalho



são intensas e as relações trabalhistas são sucateadas. As subcontratações e terceirizações marcam as confecções (especialmente quando se tratam de produções no âmbito doméstico) e as consequências para os trabalhadores não são muito difíceis de se imaginar (Negreiros, 2010; Zanatta, Rosenfield & Veras, 2016).

### **3. Metodologia**

Esta é uma pesquisa de natureza qualitativa e para atingir os objetivos aqui propostos, utilizou-se de um roteiro semi-estruturado de entrevista como instrumento de coleta de dados. O material coletado através das entrevistas foi analisado com base na análise de conteúdo, proposta por Bardin (2010). Para isso, após a realização das entrevistas e transcrição das respostas, foram criadas três categorias para melhor compreensão dos dados obtidos em campo. São elas: rotina de trabalho, condições de trabalho e permanência na informalidade.

Sobre o processo de pesquisa, a mesma foi realizada em fabricos e residências de pessoas que trabalham de forma direta e indireta com as confecções de jeans, sendo moradores do Município de Vertentes, no Estado de Pernambuco. O período das entrevistas durou 4 meses e foi realizado tanto durante o trabalho dos entrevistados, quanto em seus períodos de folga. Importante destacar que cada entrevistado trabalha em um local diferente: alguns têm espaço reservado dentro de suas casas para o trabalho; outros trabalham entre os móveis da casa e o maquinário reservado para o trabalho; há ainda os que trabalham nas residências ou fabricos de outras pessoas. Este fato de não existir um local de trabalho específico já nos leva a uma primeira reflexão acerca das condições de trabalho destes trabalhadores.

Ao total, foram entrevistadas 15 pessoas sendo 9 homens e 6 mulheres. Os primeiros entrevistados foram trabalhadores conhecidos de um dos pesquisadores. Estes foram indicando outros possíveis entrevistados, formando o chamado efeito ‘bola de neve’ (Zanella, 2006). As funções desempenhadas pelos entrevistados foram variadas, tendo responsáveis por estoque, responsáveis por embutir peças traseiras, trabalhadores que utilizavam máquinas retas, máquinas de rebater, máquinas overloque, trabalhadores em cargos de gerência, etc. A faixa etária dos sujeitos entrevistados está entre 23 e 52 anos, porém, a idade que os entrevistados começaram a trabalhar é bem inferior, uma média de 9 à 20 anos. Associamos o título de “Entrevistado A”, “Entrevistado B”, e assim por diante para distingui-los ao longo do trabalho e também como modo de manter a privacidade.

Sobre os primeiros entrevistados, o contato foi realizado através de mensagens de texto em aplicativo de conversação, deixando claro para estes que se tratava de uma pesquisa acadêmica, sem ligação com fiscalização do trabalho. Várias foram as entrevistas remarcadas, sob justificativa dos trabalhadores que não possuíam tempo disponível para tal. Ao iniciar as entrevistas foi deixado claro para os participantes que iriam ser gravados e foi pedida a autorização para tal. A gravação foi realizada através de aplicativo instalado em smartphone do pesquisador. Foi especificado que não seriam associados os nomes dos participantes aos dados coletados, que os dados coletados seriam utilizados somente para a pesquisa já informada, e que esses não seriam utilizados para outras pesquisas.

### **4. Análise dos dados**

Separamos três pontos principais para a análise dos dados (rotina de trabalho, condições de trabalho e permanência na informalidade), de modo a melhor compreender como se dá o fenômeno da informalidade na cidade de Vertentes. Contudo, antes de iniciarmos a análise destes pontos, debruçar-nos-emos sobre o perfil dos trabalhadores, pois traçar o perfil destes nos ajuda a compreender melhor o fenômeno como um todo. Nesse sentido, um dos primeiros pontos a serem analisados foi em relação a maior a participação de homens do que mulheres, onde pode-se notar que esta participação não está só associada a atividades de transporte e reposição de mercadoria nos bancos da feira do Polo de Toritama, como relatado por Oliveira e Braga (2014), mas pode ser relacionada também a confecção da própria peça, que é geralmente associada as mulheres costureiras.

Nesses termos, vale ressaltar que o primeiro contato desses sujeitos com o trabalho se deu desde cedo, mesmo que não diretamente na confecção, a exemplo do Entrevistado G, o qual relatou que trabalhava aos 9 anos carregando fretes em uma carroça e os entrevistados I, M e N, que trabalhavam na agricultura com 12, 11 e 14 anos respectivamente. Outra entrevistada, a F conta que aos 14 anos já vendia confecções na Feira da Sulanca em Toritama; e L, começou a trabalhar com malhas (produto também vendido na Sulanca) aos 15 anos. Aqui pode-se identificar que apenas 1 dos 15 entrevistados era maior de idade quando começou a trabalhar, e dos entrevistados, 8 já iniciaram no mercado de trabalho com funções relacionadas a jeans, como ajudante nas facções, conhecido localmente como “cassaco”, ou ajudando nas vendas, nos bancos do Polo de Toritama. Os outros 6 entrevistados, que não iniciaram com jeans, optaram por essa área por vários motivos, dentre eles a falta de oportunidades e/ou por ser a única alternativa entre confecção e agricultura, como relatou o Entrevistado N ao escolher a confecção: “Porque é a única coisa que tem pra trabalhar na sombra por aqui, porque o sol tá quente que tá”.

Ainda buscando entender o perfil destes trabalhadores, avaliamos que 10 são pais e ou mães. Para estes, a indagação sobre o porquê de continuar na área da confecção ia em direção a reprodução de sua existência: o sustento da família. Este ponto é importante para pensarmos, de modo geral, nas relações de trabalho no Brasil, nas quais muitos trabalhadores para garantir a sobrevivência sua e de sua família, aceitam trabalhos diferenciados, por vezes informais, se submetendo a condições precárias.

Entrando na esfera da rotina de trabalho, deve-se deixar claro um ponto importante: os entrevistados informavam que trabalhavam para terceiros, relatados como “dono das peças”, os quais seriam os proprietários das peças de jeans, que optavam em mandar suas mercadorias para essas pequenas confecções ao invés de eles próprios realizarem o processo de confecção. Sendo assim, nenhum dos entrevistados era dono do que produzia e não trabalhavam na venda dessa produção nos Polos de Confecções, onde na maioria das vezes o proprietário que é responsável pelo processo de venda.

Tendo em mente o caráter informal e terceirizado das confecções, nas quais se trabalha para os donos das peças, buscamos descobrir sobre os cargos e possíveis hierarquias, mas os questionamentos sobre tal ponto eram respondidos relacionando-se à máquina utilizada (máquina reta, máquina overloque), não existindo cargos distintos, exceto quando a confecção tem uma quantidade de funcionários que, por mais que façam parte da família, precise da existência de um responsável diante do “dono das peças”. Sobre hierarquias, nesse modelo de produção, o entrevistado G argumenta: “É nós dois (**esposa**) juntos, mas faço tudo, o que vai

aparecendo vou fazendo, mas como é só nós dois, e cada um sabe o que é pra fazer, não tem uma hierarquia, é os dois juntos”. Semelhante constatação é feita por A:

“Hoje, a esposa que gerencia, eu auxilio minha esposa na gerência, e devido hoje ter pouca gente, cada um sabe sua função, não precisa de instrução, não precisa de reunião, cada um sabe sua função, é uma coisa no automático mesmo, não precisa de orientação” (Entrevistado A).

Pode-se perceber uma característica em comum nos depoimento dos entrevistados, A e G, os dois dividem a gerência com o cônjuge. A gerência não necessariamente está relacionada a hierarquia, e sim as funções da facção, na qual o gerente se responsabiliza pelos meios, se encarrega de mais processos da produção e responde aos donos das peças. Os funcionários já sabem suas funções e realizam as atividades para que o processo da confecção seja realizado, tornando a gerência uma espécie de responsável pelo processo e pelo produto com os ‘donos das peças’, dessa forma o funcionamento da fabricação é tão padronizado, que é quase autogerenciado.

Ainda dentro da categoria rotina de trabalho, um ponto que se destacou nas entrevistas foi a questão dos horários de trabalhos. O horário de início diferencia-se entre os entrevistados, mas todos em comum a longa jornada. Alguns iniciam as cinco horas da manhã, outros as sete horas da manhã e ainda têm os que iniciam as oito horas da manhã. O que definia, para estes trabalhadores, o início da jornada era a quantidade de trabalho que tinham no dia. A quantidade de produção define então horários de entrada, pausas e de saída. Define também o trabalho aos sábados, como nos conta o entrevistado B ao falar sobre os períodos de alta demanda: “[...] no sábado eu saí meia noite, uma hora da madrugada, quando o tempo tá bom”. O tempo ao qual se refere o entrevistado B são os períodos de alta demanda, períodos próximos a festividades como Carnaval, Natal e Ano Novo, nos quais a produção de confecções aumenta para atender as demandas do mercado.

Além de definir horários, as demandas de produção definem o salário destes trabalhadores, os quais são pagos por peça produzida, no estilo taylorista de produção. Este fato, nos leva a perceber que além de não ser uma estratégia isolada, pois em toda a região predomina esse método de pagamento (AUTOR?), o pagamento por peça produzida contribui para que as jornadas de trabalho se estendam por mais tempo.

Outro ponto de questionamento no decorrer da pesquisa, diz respeito a aprendizagem nos processos de produção. Sobre isto, os trabalhadores em unanimidade informaram que foram aprendendo na prática, no dia-a-dia, através da observação ou mesmo sozinhos. Apenas um entrevistado, o C, nos contou que ao chegar uma nova máquina, a pessoa responsável pelos processos de produção explicou seu funcionamento e depois ele assistiu a vídeos no YouTube para aprender melhor. Este depoimento não vai em contradição aos demais, mas reforça o aprendizado solo destes trabalhadores. Costa (2012), em trabalho sobre a qualificação profissional de trabalhadores de confecções no agreste pernambucano já nos informava sobre as experiencias de qualificação/aprendizagem, concluindo que na prática, tais processos deixam a desejar.

Ao findarmos as perguntas acerca da rotina de trabalho, questionamos se existia algum ponto que os trabalhadores gostariam de modificar em sua rotina e a resposta de quase todos vai de



encontro a jornada de trabalho. Relatam que gostariam de diminuir o tempo trabalhado, inclusive no chamado “serão”, que é uma espécie de hora extra trabalhada. Todavia, atentam também para o fato de que se as horas trabalhadas diminuíssem, o rendimento deles também diminuiria. Na fala de B, podemos visualizar tal questão:

“Se eu pudesse mudar, eu mudaria o horário, pra eu pegar (**começar**) mais tarde e sair mais cedo, mais se eu mudar hoje em dia eu não dou conta das peças que tem, que eu não faço tão ligeiro, aí se eu não der conta os outros vão tirar de mim e botar pra outra pessoa” (Entrevistado B, inserções nossas para compreensão).

A jornada de trabalho atual, no Brasil, é por Constituição de 44 horas semanais. Com os dados das entrevistas, percebemos que estes trabalhadores ultrapassam tal jornada permitida, chegando a relatar cerca de 14h diárias de trabalho. Porém, como é válido lembrar, esse é um trabalho informal, sem regulamentação, logo, sem o devido cumprimento da lei. Tal situação contribui com o desgaste das relações de trabalho do país. Esses dados, inclusive, corroboram com as pesquisas de Lira (2020) e Silva (2017), em que relatam essa alta jornada em trabalhadores do setor de confecções, o que contribui para o desgaste dos mesmos e, conseqüentemente, superexploração da força de trabalho.

Tendo em mente que um dos principais problemas da rotina de trabalho são as longas jornadas, adentramos nas condições para esta rotina. Essas duas categorias se entrelaçam fortemente, pois no decorrer das entrevistas as respostas permeavam-se entre os dois pontos. Identificamos, a princípio, o princípio o ponto das pausas de trabalho. Sobre isto, são os próprios trabalhadores que definem os horários de refeições e de momentos para ir ao banheiro. Deixaram claro que tomam cuidado com pausas demasiadas porque isso pode interferir na sua produção.

Dentro desse quesito, consideramos ainda as faltas ao trabalho, por motivos de doenças ou pessoais. Quando a falta é planejada, ou seja, sabem que precisaram faltar, a maioria dos entrevistados relataram que ligam para o dono das peças para informar a falta e o motivo pelo atraso na entrega das peças, e adiantam suas atividades na data anterior a falta, geralmente através de serão, para tentarem minimizar as consequências da mesma. Já quando a falta não é planejada, como em caso de doença, por exemplo, o procedimento para com o dono das peças é o mesmo, ligam avisando e dando explicações pelo atraso, porém tentam colocar em dia o processo depois dessa falta, também com serão.

Outro ponto importante diz respeito ao ambiente de trabalho. Este variava bastante a depender do entrevistado. Os sujeitos A, G e H, por exemplo, trabalhavam em locais separados de suas residências, enquanto outros faziam de sua própria casa o local de trabalho, onde não se tinha uma separação visível entre as máquinas de confecção e a mobília da residência. Esta não separação é comum na região, inclusive necessitando de maiores pesquisas que envolvem o tema.

Dentro disto, ponto de destaque é a questão de salubridade. Higiene, ventilação e segurança foram questionados aos sujeitos da pesquisa. As respostas informaram que sobre a higiene, essa existente. A resposta não seria mesmo diferente, pois a maioria trabalha em casa, utilizando seus próprios banheiros e contando com a faxina que realizavam na residência. Sobre a

ventilação e segurança, as respostas seguem regras parecidas: a depender do local, contavam com ventilação natural e uso de ventiladores; e a quanto se sentirem seguros, a maioria respondeu que sim, pois nunca haviam passado por situações de furto ou assaltos. Todavia ao falarem sobre segurança no trabalho em termos de equipamentos de proteção, apenas o entrevistado C relatou cumprir normas.

As características que encontramos em relação a rotina e condições de trabalho dos trabalhadores de Vertentes vão de encontro ao que encontramos em termos de informalidade (e por vezes de trabalhos formais) em todo o Brasil: altas jornadas, superexploração da força de trabalho e precariedade de contratos. As altas demandas ocasionam, por vezes, adoecimento dos trabalhadores. O problema torna-se ainda maior em decorrência do fato de não serem trabalhadores formalizados, logo, não possuem aparo médico/de salário garantido por lei (Silva, 2017; Lira, 2020). Ao ficarem impossibilitados de trabalhar, como darão conta das demandas e, consequentemente, do sustento da casa?

Adentramos, finalmente, no último tópico de análise: as motivações pelas quais se mantem na informalidade. Não precisamos ir muito longe para entender isso, principalmente quando consideramos o contexto brasileiro. Mas retomemos as análises em busca de entender melhor o contexto específico de Vertentes. A principal resposta dos entrevistados gira em torno das oportunidades. Vertentes é uma cidade pequena e no último Censo realizado, em 2010, foi contabilizado um total de pouco mais de 18 mil habitantes. Junto a isto, também se encontra pouca escolaridade entre a sua população. De todos os entrevistados, por exemplo, o único que teve contato com o ensino superior, mas desistiu, foi o entrevistado C. Entre os demais, alguns terminaram o ensino médio, como os entrevistados D, E e K, outros não chegaram a terminar o ensino médio como o entrevistado N, e alguns só concluíram o fundamental, como os entrevistados B e F.

Essa falta de acesso à educação formal e continuidade nos estudos, pode estar relacionada ao fato de que todos tiveram contato com as confecções informais desde novos. Este caminho mais próximo e conhecido das confecções, somada a necessidade de trabalhar para obter renda, deixou os trabalhadores atrelados as confecções informais desde muito cedo. A partir das falas dos entrevistados, percebemos que são poucas as opções de trabalho na região, aparecendo como alternativas para não se trabalhar na confecção: o trabalho em mercados, que acaba por ter rotinas de trabalho mais rígidas, não possuindo a liberdade de controlar o horário; o trabalho braçal e mais pesado que na confecção, ganhando apenas um salário mínimo; ou o trabalho na prefeitura da cidade, porém essa alternativa é mais difícil pois necessita de alguma formação acadêmica, como relatou o entrevistado B.

Ainda na seara da falta de oportunidade, de todos os entrevistados apenas o A, E e L gostam de trabalhar na confecção, como relatado pela entrevistada L: “Se fosse pra trabalhar na agricultura eu talvez mudaria, porque eu gosto, mas nenhum outro trabalho me faria sair da confecção, porque trabalho desde os quinze anos e já estou com 52, e não tenho um pinga de vontade de parar não” (Entrevistada L). Todos os outros relataram que se tivessem alguma oportunidade para mudar de área, mudariam, deixando claro que, para eles, a falta de oportunidade é o maior fator para se manterem nas confecções informais, assim como foi descrito pelo entrevistado G, que disse:

“Assim, porque o que aparecem assim, as diárias (**trabalhos de um dia**), não é certo, é uma diária num canto, em outro, aí assim é três dias num canto, dois em outro, aí não é aquele serviço certo, por isso que eu continuo na confecção, aí não tem opção de mudar, mas se tivesse a oportunidade de mudar eu mudaria” (Entrevistado G, inserções nossas para compreensão).

Percebemos, dessa maneira, que a falta de oportunidades registrada pelos entrevistados vai de encontro com o já mencionado por Peres (2003), ao argumentar que a deterioração das relações de trabalho no Brasil leva cada vez mais trabalhadores a recaírem na informalidade, precisando renunciar a uma carteira de trabalho assinada e se submetendo a trabalhos precários.

As vias de finalização, um ponto importante levantado aqui diz respeito a liberdade de controle de horário. Muitos entrevistados relatam isto como motivação para continuarem na informalidade das confecções. Conforme o entrevistado B argumenta: “Mas sou tipo autônomo, e trabalhando aqui (**em casa**), eu posso sair, me levantar, aí se fosse pra eu trabalhar em outro lugar com o mesmo horário e ganhando o mesmo tanto eu não queria não”. (Entrevistado B, inserções nossas para compreensão). A falsa ideia de liberdade para o trabalho ao fazer seus próprios horários não é novidade no que concerne as relações de trabalho no país e no mundo. O ideal empreendedor habita há muito o país e vem sendo reforçado nos últimos anos sob a égide da flexibilidade. A uma noção de sucesso que se é atribuída ao empreendedorismo no mundo do trabalho (Ferraz, 2020), conjuntamente ao trabalho flexível (ultimamente visto principalmente através dos processos de uberização), escorre, na verdade, na precarização dessas relações, pois sem a devida regulamentação trabalhista, os trabalhadores perdem direitos e garantias. A tese de Costa (2012) nos reforça essa ideia ao contribuir com a afirmação de que iniciativas privadas juntamente com o Estado trabalham o ideário do empreendedorismo como ‘libertador’ para os trabalhadores da região, mas que, como já reforçamos, se constrói com bases na precariedade.

## 5. Conclusões

Os resultados da pesquisa demonstraram que o setor de confecções aparece para os trabalhadores da cidade de Vertentes como a maior alternativa de emprego possível, ainda que informal e contando com longas jornadas de trabalho, relatadas por alguns entrevistados como “iniciando as sete horas da manhã, mas sem hora para acabar”. É importante que se destaque ainda que a flexibilização do trabalho já tanto estudada por outros pesquisadores aqui também ganha luz especialmente quando se trata da jornada de trabalho.

Justamente por trabalharem na informalidade, os trabalhadores definem seus horários, trabalhando por produção de peças (costurar um bolso, pregar um botão, etc.) para aumentar o rendimento mensal e, conseqüentemente, enfrentando exaustivas jornadas. As demandas de produção vêm alinhadas junto a outra característica: produção familiar, aspecto presente desde os primórdios das confecções na região. Porém, a produção junto a família, neste caso, diz respeito ao trabalho realizado no mesmo ambiente, o doméstico, e que é repassado entre as gerações, como informam alguns entrevistados. Esse repasse através de gerações pode servir como auxiliar para manutenção dos trabalhadores na informalidade.

Mais que isso, o trabalho informal torna-se não apenas uma alternativa, mas o local onde se pode trabalhar e garantir a reprodução de sua existência, especialmente em decorrência da pouca oferta de emprego formalizado e emprego em outras áreas no município, resultado, segundo os trabalhadores, do pequeno porte da cidade. Junto a isto, os entrevistados afirmaram que a falta de capacitação profissional também é motivador para a permanência na informalidade. Aqui temos, então, uma questão basilar no entendimento das 'motivações' para permanência na informalidade: a falta de capacitação profissional que vem atrelada a necessidade de maiores investimentos em educação na região. Sobre isso, é necessário refletir sobre como a cultura do trabalho, especificamente o trabalho 'no jeans', como é o caso de Vertentes, ganha força entre as famílias menos abastadas.

Nesse sentido, a pesquisa demonstrou que a informalidade, traço marcante das relações de trabalho no Brasil, é também característica acentuada no mercado de confecções de jeans do estado de Pernambuco, sendo apresentada aos trabalhadores do setor, especialmente os da cidade estudada, Vertentes, como uma espécie de única possibilidade, uma tradição passada em família, pois, como sinalizam os sujeitos pesquisados, não existem oportunidades de trabalho na região, nem capacitação profissional. Nesse sentido, é necessário garantir a sobrevivência dos seus e os ganhos salariais tornam-se os principais motivos para manutenção de sua presença em trabalhos informais.

Tudo isto vai de encontro com o processo de desestruturação das relações de trabalho no país. Em outras palavras, a manutenção da informalidade dar-se-á principalmente pelas faltas de oportunidade na região, oportunidades de educação, capacitação, de mudança de vida. Elementos que são reforçados pelo histórico familiar no qual cada geração passa para a próxima a necessidade do trabalho para reprodução de sua existência, trabalho este realizado no ramo da confecção, seja através do corte ou da costura, por exemplo. Assim, as pessoas vão internalizando a cultura das facções de roupas e enxergando ali como única possibilidade de sobrevivência, percebendo uma forma de ganhar mais dinheiro à medida que mais produzem, sem atentar-se aos direitos trabalhistas ou a própria saúde. E, assim, o trabalho informal torna-se algo 'natural' na vida dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade de Vertentes.

## 6. Referências

Alves, M. E., et al (2016). O crescimento econômico dos municípios do aglomerado de confecções do Agreste Pernambucano: Uma análise do período de 2000/2010, à luz das teorias da NGE. *Race: revista de administração, contabilidade e economia*, 15(3), 891-914.

Andrade, T. D. S. (2008). *A estrutura institucional do APL de confecções do agreste pernambucano e seus reflexos sobre a cooperação e inovação: o caso do município de Toritama*. [Dissertação de Mestrado] Universidade Federal da Paraíba

Araújo, J. F. D. (2008). *História de Santa Cruz do Capibaribe*. 2 ed. Surubim: Agreste.

Bardin, L. (2010). *Análise de conteúdo*. 4. ed. Lisboa: Edições70.

Berlin, L. G. (2014). A Indústria têxtil brasileira e suas adequações na implementação do desenvolvimento sustentável. *ModaPalavra e-periódico*, (13), 15-45.

Braga, B. M. (2014). A dinâmica formal-informal do trabalho no território comercial de Toritama: o que está mudando? [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal de Campina Grande.

Burnett, A. (2013). A “saga” dos retalheiros: um estudo sobre a instituição da feira da Sulanca no Agreste Pernambucano. *Século XXI: Revista de Ciências Sociais*, 3(2), 09-40.

Costa, M. D. S. (2005). O sistema de relações de trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20, 111-131.

COSTA, F. M. D. (2012). *Trabalho e qualificação profissional no arranjo produtivo local de confecções do Agreste de Pernambuco: a experiência de Toritama* (Master's thesis, Universidade Federal de Pernambuco).

Dedecca, C. S. (2005). Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil. *Brazilian Journal of Political Economy*, 25, 113-130.

Druck, G., et al. (2019). A contrarreforma neoliberal e a terceirização: a precarização como regra. *Caderno CRH*, 32, 289-306.

Ferraz, J. (2020). A noção de sucesso na sociedade capitalista: entre o mérito e a impessoalidade no trabalho. *SCRIBES-Brazilian Journal of Management and Secretarial Studies*, 1(2).

Fleury, M. T. L., & Fischer, R. M. (1992). Relações de trabalho e políticas de gestão: uma história das questões. *Revista de Administração*, 27(4), 5-15.

Guimarães, L. B., et al. (2018). Potencial de aproveitamento da energia solar para aquecimento de água nas lavanderias industriais do APL de confecções do agreste de Pernambuco. In *Congresso Brasileiro de Energia Solar-CBENS*.

IBGE. (2021). *Síntese de Indicadores Sociais*. Tabelas. Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio, Brasil: Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Disponível em maio, 29, 2023 em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=35616&t=resultados>

IBGE (2022). *Vertentes*. Brasil: Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Disponível em maio, 3, 2022 em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/vertentes/panorama>.

Krein, J. D., & Oliveira, M. A. (2001). Mudanças institucionais e relações de trabalho no Brasil. *Cuadernos del CENDES*, 18(46).

Lira, M. S. (2006). Os aglomerados de micro e pequenas indústrias de confecção do Agreste/PE: um espaço construído na luta pela sobrevivência. *Revista de Geografia UFPE*, 23 (1), 98-114

Lira, M. S. (2008). Os aglomerados de micro e pequenas indústrias de confecções do agreste/pe: um espaço construído na luta pela sobrevivência. *Revista de Geografia (Recife)*, 23(1), 98-114.



- Lira, P. V., Gurgel, I. G. D., Albuquerque, P. C. C. D., & Amaral, A. S. D. (2020). Superexploração e desgaste precoce da força de trabalho: a saúde dos trabalhadores de confecção. *Trabalho, Educação e Saúde*, 18.
- Mattoso, J. (1999). *O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90*. Editora Fundação Perseu Abramo.
- Mesquita, G., Andrade, A. M. (2007). O desenvolvimento local de Caruaru via indústria de confecção: uma alternativa possível? *Interface de Saberes*, Caruaru, 6 (2).
- Moraes, A. F. G. (2021). Estou me guardando para quando o Carnaval chegar: Uma Análise Fílmica Das Relações De Trabalho No Agreste Pernambucano. In *Anais do V Congresso Internacional de La Red Pilares*, México.
- Negreiros, E. P. E. V. (2010). Viver em Toritama é trabalhar (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE.
- Neri, M. C. (2006). Informalidade. *Ensaio Econômico*, 635.
- Oliveira, R. V., & Braga, B. M. (2014). Território comercial de Toritama: persistência e metamorfoses da informalidade. *Política & Trabalho*, (41).
- Pereira, A. M. B. A. (2017). *Dinâmica formal-informal em lavanderias de jeans e suas implicações nas relações de trabalho*. [Tese de doutorado]. Universidade Federal da Paraíba.
- Pereira, S. D. O. G., & Cabral, J. P. C. (2019). Informalidade e crise do emprego no Brasil. *Humanidades & Inovação*, 6(18), 92-102.
- Silva, R. M. D. (2017). *Saúde do trabalhador no arranjo produtivo local de confecções do Agreste de Pernambuco: o desgaste da força de trabalho como expressão da precarização do trabalho* (Master's thesis, Universidade Federal de Pernambuco).
- Silva, N. B. & Rocha, M. A. V. (2013) Perfil Evolutivo Da Produção Na Cadeia Têxtil E De Confecções De Pernambuco. In: *Anais da XIII Jornada De Ensino, Pesquisa E Extensão*, UFRPE, Recife, PE.
- Zanatta, M. S., Rosenfield, C. L. & Veras, R. (2016). Quando o fabrico se torna fábrica: os desdobramentos do processo de formalização da indústria de confecções em Caruaru/Pernambuco/Brasil. In IX Congresso Português de Sociologia. *Anais IX Congresso Português de Sociologia*.
- Zanella, L. C. H. (2006). *Metodologia da pesquisa*. SEAD/UFSC.